

Sumário

Apresentação – <i>Alexandre Moraes da Rosa</i>	15
1. Notas introdutórias	19
2. Evolução do Direito e do Estado – o papel do Direito Penal	23
2.1. O começo da modernidade: entre civilização e barbárie, o Estado absolutista	24
2.2. O Estado liberal: as possibilidades do indivíduo frente ao “Leviatã”	28
2.3. O Estado social e a busca de direitos para além do indivíduo	33
2.4. O Estado Democrático de Direito e o dirigismo constitucional como revolução no constitucionalismo: a busca do resgate das promessas incumpridas da modernidade	35
2.5. Bem jurídico (penal) em um contexto de Estado constitucional	40
2.6. A relação umbilical entre a nova concepção de bem jurídico e a noção de Constituição compromissória e dirigente	48
2.7. A proteção dos Direitos Fundamentais e o espaço do Direito Penal no Estado Democrático de Direito	53
3. A proteção dos bens jurídicos-penais: a dupla face do princípio da proporcionalidade – o Estado da arte do tema	61
3.1. O nascimento do princípio da proporcionalidade e a evolução em direção a sua dupla face	63
3.2. As críticas possíveis à proporcionalidade e seu vínculo com a discricionariedade. A importância da proporcionalidade entendida como “equanimidade”	74
3.3. A proibição de excesso (<i>Übermassverbot</i>)	87
3.4. A proibição de proteção deficiente (<i>Untermassverbot</i>)	91
4. As diversas possibilidades de incidência da proibição de proteção deficiente: entre a jurisdição e a legislação	107
4.1. Análise das decisões que não respeitaram o princípio da proibição de proteção deficiente: a atuação da jurisdição	113
4.1.1. A proibição de proteção deficiente nos crimes sexuais	113

4.1.2. A proibição de proteção deficiente e o crime continuado: problemas além mar e aquém mar – da legislação à jurisdição	123
4.1.3. A proibição de proteção deficiente e o mandado de segurança em matéria criminal	129
4.1.4. O Indulto e a Possibilidade de Sindicabilidade Constitucional	136
4.2. Análise das leis que não respeitam o princípio da proibição de proteção deficiente: a atuação do legislador	141
4.2.1. A dispensa do laudo criminológico para a progressão de regime prisional	141
4.2.2. A inconstitucionalidade da ação penal nos crimes de estupro e atentado violento ao pudor	146
4.2.3. Os crimes de menor potencial ofensivo no âmbito dos Juizados Especiais Criminais: a transformação de <i>hard crimes</i> em <i>soft crimes</i> .	149
4.2.4. A inconstitucionalidade da previsão de extinção da punibilidade por pagamento nos crimes fiscais	153
4.2.5. A inconstitucionalidade do § 4º do artigo 33 da Lei de Tóxicos . .	158
5. Conclusões	163
Referências bibliográficas	169